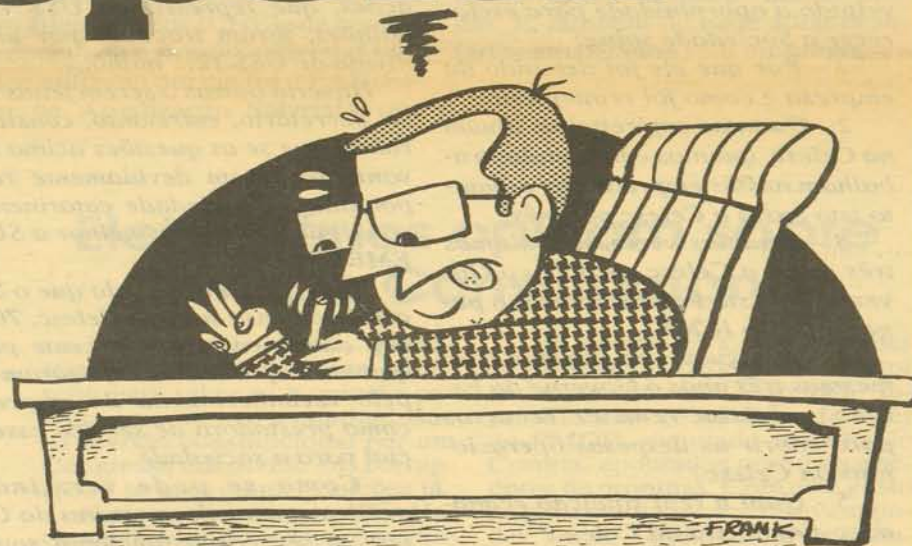


LINHA VIVA

Nº 247 11/11/93

Deputado propõe rejeição das contas do governo no exercício de 1991. Auditoria do Tribunal de Contas aponta diversas irregularidades. A reportagem de Jacques Mick está na *página central*

Contas de Kleinübing sob suspeita



Centrais sindicais debatem privatizações no cone sul

Página 7

Eletrosul apresenta primeiros números sobre o Bresser

Página 3

FHC tem pressa de liquidar setor elétrico

Página 6

VALE CR\$ 200,00

ATÉ SEXTA

NEY MATOGROSSO & AQUARELA CARIOCA

DIA 15 - 21H - SESC

**INGRESSOS ANTECIPADOS
DE CR\$ 1000,00 POR CR\$ 800,00
COM APRESENTAÇÃO DESTE BÔNUS
NO SINERGIA, ELETROSUL (SORAYA 317522)
E CELESC (SANDRA OU MERI 316844)**

Verdine: uma ameaça ao patrimônio público*

O secretário da fazenda, Fernando Verdine (funcionário e ex-presidente da Celesc), em entrevista ao jornal Diário Catarinense, decidiu, definitivamente, cuspir no prato que comeu. Sem nenhum constrangimento, negando que trabalhou e inclusive presidiu, Fernando Verdine trata a Celesc com total desconsideração, utilizando-se de meias verdades com claros objetivos de denegrir a imagem da Celesc perante os catarinenses.

Ao contrário do que fez, o Secretário da Fazenda deveria ter aproveitado a oportunidade para esclarecer a Sociedade sobre:

1 - Por que ele foi demitido da empresa e como foi reintegrado?

2 - Quantas empreiteiras atuam na Celesc, quantos empregados trabalham nestas empreiteiras e quanto isto custa a Celesc por mês?

3 - Quantas vezes, nos últimos três anos, a Celesc socorreu o Governo do Estado antecipando o pagamento do ICMS?

4 - Se, alguma vez, durante estes mesmos três anos o Governo do Estado precisou remeter recursos para cobrir as despesas operacionais da Celesc?

5 - Qual a real situação econômico-financeira da Celesc?

- A do Governador Kleinubing, que declarou haver tanto dinheiro na Celesc que ele poderia "pintar os postes de ouro"?

- A do presidente da Empresa, Raimundo Colombo, que se diz em condições de investir US\$ 30 milhões/ano em Itá?

- Ou a do ex-presidente Fernando Verdine, que declarou ter a Celesc dado prejuízo em 1992, justamente no ano em que ele presidiu a empresa?

6 - Por que, se a Celesc é uma empresa deficitária, suas ações subiram mais de mil por cento nos últimos meses, na Bolsa de Valores?

7 - Por que, falando-se em ações, o Governo do Estado, com a participação do Secretário Verdine (ex-presidente da Celesc), entregou

18% do patrimônio da Celesc, representados por 112 milhões de ações, ao banco Morgan?

8 - Por que estas 112 milhões de ações, que representam US\$ 100 milhões, foram trocadas por uma dívida de US\$ 12,5 milhões?

Haveria outras a serem feitas ao sr. Secretário, entretanto, consideramos que se as questões acima levantadas forem devidamente respondidas, a sociedade catarinense conseguirá entender melhor a SUA EMPRESA CELESC.

Aliás, ao contrário do que o Secretário pensa sobre a Celesc, 70% dos catarinenses, em recente pesquisa de opinião, manifestaram-se pelo reconhecimento da empresa como prestadora de serviço essencial para a sociedade.

Como se pode ver, independentemente dos gestores da Celesc, o seu corpo funcional soube responder com competência e responsabilidade aos desafios que diariamente lhes são impostos.

* Este texto foi mandado publicar pela Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina no jornal Diário Catarinense do dia 07/11/93.

Se a Celesc é uma empresa deficitária, porque suas ações subiram mil por cento na bolsa?

notas

Semente de Verdade

Em entrevista ao jornal "La Stampa", semana passada, o papa João Paulo II afirmou que a Europa Oriental tem muito a perder com a queda do comunismo, que, segundo ele, possui "algumas sementes de verdade". O papa criticou os países de capitalismo selvagem. O capitalismo mais humano, para o papa, desenvolveu-se em grande medida graças ao pensamento socialista e ao movimento sindical.

Reação ao pouco caso

Lamentavelmente, a Celesc teima em descumprir os estatutos da Celos. Depois de 41 dias de impedimento do presidente e do diretor de seguridade, a diretoria da Celesc continuou a dar pouca importância ao fato, não deixando outra saída ao Conselho de Curadores, a não ser a destituição dos ocupantes daquele cargo. Gerson Leal responde pela entidade desde o dia 04 de novembro. Espera-se que a Celesc trate com mais responsabilidade os assuntos da Celos e não deixe os seus prepostos em maus lençóis, sujeitando-os ao impedimento e, depois, à destituição como ocorreu.

CPI no setor

A CPI da Corrupção estende suas asas até o setor elétrico. Os parlamentares querem saber como foram até hoje as relações da Eletrobrás com as empreiteiras. Pediram um relatório sobre os pagamentos e se as obras pagas foram realizadas. Aliás, a CBPO, empreiteira do grupo Odebrecht, muito citada na CPI, fez diversos negócios com a Eletrosul.

Arida é enxotado

Sexta-feira passada, os empregados do BNDES paralisaram uma hora protestando contra a atuação de Pêrsio Arida na presidência do banco. Segundo os funcionários, Arida passa o tempo todo em Brasília, pouco fica no Rio de Janeiro, não teve nenhum contato até hoje com os trabalhadores e ainda por cima mantém na folha de pagamento do banco o assessor especial do ministério da Fazenda, Edmar Bacha, embora não exerça nenhum tipo de trabalho na instituição.

Greve na Cemig

As negociações da campanha 93 na Cemig estão indo muito mal. Se a empresa continuar se negando a negociar os eletricitários mineiros entram em greve, a partir do dia 9 de novembro. A estratégia da Cemig é de não prorrogar a data-base para fazer a categoria engolir um acordo fajuto.

Inflação empresarial

Sobrou para a hidrelétrica de Xingó um triste papel na CPI da Corrupção. A construção da usina está sendo apontada como um dos melhores exemplos de como as empreiteiras inflacionam uma obra. No governo Sarney a previsão de gastos para a conclusão da obra era de 1,8 bilhão de dólares e pulou para 3,2 bilhões no período Collor. Três empreiteiras foram reponsáveis pela construção: Odebrecht, Mendes Júnior e Constran.

Memória sindical

Foi entregue, semana passada, o projeto "Memória do Sinergia" executado pelo Núcleo de História do Trabalho da UFSC, que será publicado no futuro pelo sindicato. O trabalho é um resgate dos 32 anos do Sinergia levantado através da coleta de documentos, jornais e entrevistas com dirigentes sindicais.

Camisetas da campanha

Continuam à venda as camisetas da campanha "Eletrosul/Empresa Pública Sempre". Elas podem ser adquiridas com os representantes sindicais, nos locais de trabalho, por CR\$ 300,00.

REIVINDICANDO COM
ARTE

Arte em Cartaz

O departamento de Cultura do Sinergia promove, com o apoio da Abcelesc, a mostra **Reivindicando com Arte**. A exposição, abre dia 18/11, na sede da Celesc (Itacorubi), e é composta de cartazes produzidos pelo Movimento Sindical. A mostra, que já esteve na sede da Eletrosul, fica até dia 25/11.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glaucio C. Marques, Sovenir Mácio Dias e Luiz Cézar Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Aparecem os números do Plano Bresser

A Eletrosul apresentou à Intersindical, terça-feira, dia 9 de novembro, três projeções sobre o que teria que desembolsar para o pagamento do Plano Bresser. Os três "exercícios para cálculos", divulgados por Ilário Pazin, Diretor Administrativo da empresa, tratam de quantias expressivas e bastante diferentes. A primeira é de 75 milhões de dólares, a segunda de 43 milhões de dólares e a terceira de 21 milhões de dólares. Segundo o DA, conforme a interpretação das sentenças trabalhistas proferidas, chega-se a cada uma destas somas. A Intersul, diante destes números, solicitou uma reunião com os técnicos da empresa para analisar a metodologia que levou a estes valores. Ela acontecerá dia 19 de novembro.

Também na terça-feira, aconteceu a segunda rodada de negociações da pauta específica. Houve poucos avanços em relação à reunião anterior. As dificuldades em avançar a respeito das cláusulas sociais,



aprovadas pelas assembleias, já eram esperadas. A próxima reunião de negociação não está marcada ainda.

Pauta nacional

Dia 5 de novembro a Eletrobrás apresentou ao Comando Nacional dos Eletricitários (CNE) sua contraproposta de correção salarial. O índice utilizado por ela foi o FAS (Fator de Atualização Salarial), que

corrige o salário do mês de novembro nos seguintes percentuais:

- até seis salários mínimos o índice será de 73,46%, que resultará num piso salarial, em novembro, de CR\$ 77.178,00 (A06 - salário base).
- no teto, o reajuste será de 114,44%, que elevará o salário, em novembro, para CR\$ 598.283,00 (8I - salário base).

Para calcular seu salário você tem que pegar o salário recebido em novembro/92 e multiplicá-lo por 21,7526.

Dia 17 de novembro, quando acontece a próxima rodada de negociação nacional, o CNE vai concentrar sua atenção sobre duas questões não atendidas: política salarial e garantia de emprego. Os motivos são óbvios: de nada adianta o zeramento em novembro, com inflação tão alta, se não tivermos mecanismos que minimizem o impacto destas perdas. E, também de nada adianta salários atualizados sem emprego.

Banqueiros pressionam pelo fim da Previdência

Isaltino Pedron, membro do Conselho de Curadores da Celos, voltou do Rio de Janeiro, semana passada muito preocupado. Ele participou do XIV Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão e sentiu a pressão dos banqueiros para conseguir mudar a previdência no Brasil a fim de favorecer os seus interesses.

As modificações propostas pelo capital privado serão todas apresentadas na reforma constitucional e incluem a diminuição no teto de cobertura da previdência estatal (INSS), aumento do tempo de serviço para efeitos de aposentadoria e o fim da imunidade tributária das entidades de assistência social. "Se eles conseguirem o que querem eu não sei o que vai sobrar para nós. Primeiro os eletricitários terão que continuar trabalhando até a morte, subindo as escadas de bengalas; a contribuição para a Celos terá que aumentar e assim por diante. A coisa é muito preocupante".

Isaltino observou que o interesse final dos banqueiros é "se apossar



Isaltino teme pelo futuro da Celos

dos fundos de pensão, administrar os dólares da poupança de milhões de trabalhadores".

Na **Carta do Rio**, assinada pelos 1.200 congressistas, o setor defende o sistema misto de previdência, com a participação do Estado, empresas e os empregados, como partes solidariamente responsáveis pela prestação previdenciária.

Eletricitários opinam sobre Revisão Constitucional

Foi realizado ontem, quarta-feira, em todo Brasil, um plebiscito para saber se a opinião pública quer ou não a continuidade da revisão constitucional por um Congresso envolvido em corrupção, e se quer ou não eleições já.

O plebiscito marcou o Dia Nacional de Mobilização, programado pelo **Movimento Cívico Nacional Contra a Revisão Constitucional**. Foram feitas ainda passeatas e manifestações por todas as cidades mais importantes do país, que continuarão hoje, com a adesão do movimento estudantil.

Os eletricitários catarinenses também participaram do plebiscito. Várias urnas, passadas pelos sindicatos, coletaram os votos na Celesc e Eletrosul.

Mas apesar da intensa participação das pessoas e sua indignação progressiva à medida em que novas informações saem da CPI da Corrupção, os congressistas partidários da Revisão Constitucional não aceitam adotá-la em hipótese nenhuma.

Na quarta-feira, foram dadas de presente as cabeças do relator da "reconstituente", deputado Ibsen Pinheiro (PMDB) e do líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia, apontados como recebedores de propinas. Com este gesto os parlamentares acreditavam poder "tocar" rapidamente os trabalhos da revisão. Eles sequer aceitavam a possibilidade de adiar por uma semana o processo, enquanto seriam negociadas saídas para a crise.

Encabeçando a resistência, à favor da continuidade dos trabalhos, estão o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL) e o presidente da Assembleia Revisora, Humberto Lucena (PMDB), envolvidos até o pescoço e sendo averiguados pela CPI.

Os eletricitários devem se engajar nesta luta, ajudando a reeditar o Movimento Pela Ética na Política que culminou no impeachment de Collor.

Auditoria do TCE constata distorções e transferências ilegais

A auditoria do TCE, que chegou ao conhecimento da Assembléia em 2 de junho deste ano, constatou quatro irregularidades principais: 1. Distorções no orçamento executado em relação aos percentuais alocados inicialmente na Lei Orçamentária; 2. Correção das diversas rubricas do orçamento por critérios diferentes; 3. Transferência ilegal de dotações orçamentárias de um tipo de gasto para outro; e 4. Abertura de créditos suplementares sem autorização da Assembléia Legislativa.

A auditoria havia sido encomendada em 92 pelo então presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Afonso Spaniol (à época no PT, hoje no PDT). O deputado pretendia obter dados mais concretos, que sustentassem um parecer distinto do apresentado pelo TCE - órgão composto por conselheiros cujas trajetórias políticas são tradicionalmente vinculadas aos grupos que apoiam o governo Kleinübing. A aprovação das contas pelo TCE, apesar das irregularidades já evidentes, não havia sido uma novidade: em toda a sua história, o Tribunal jamais rejeitou as contas do governo estadual.

Com os dados da auditoria nas mãos, a assessoria do deputado Santin - a quem coube a relatoria do processo - levou quatro meses para cruzar as irregularidades constatadas com a legislação vigente, definindo artigo por artigo os crimes cometidos pelo governo. O parecer conclui que Kleinübing e seus subordinados podem ser enquadrados em pelo menos dois artigos da Constituição Estadual, um da Constituição Federal e dois do Código Penal. As autoridades estão sujeitas a ação popular para anular atos lesivos ao patrimônio público e a autuação por crime de responsabilidade, por improbidade na administração pública e descumprimento da lei orçamentária.

200 páginas sustentam ataques a Kleinubing

Mesmo que venha a ser derrubado na Comissão de Fiscalização e Controle, o parecer de Santin tem o peso de um ataque frontal ao governo Kleinübing. Um ataque sustentado em mais de 200 páginas de documentos e recebido com respeito pelo governador em exercício, Antônio Carlos Konder Reis. "São denúncias sérias, que temos que averiguar com rigor", afirmou o vice-governador em entrevistas aos jornais no dia 27. Santin garante que, mesmo que os 21 deputados da União por Santa Catarina optem pela omissão da Assembléia diante do orçamento de 91, o processo não ficará parado. O trabalho de investigar as irregularidades mais que evidentes passará ao Ministério Público. Será mais um caso rumoroso na lista de acusações contra o governo de Kleinübing que estão nas mãos dos promotores de Justiça - como os gastos excessivos em publicidade, a venda das ações da Celesc para o banco Morgan, a cobrança de taxa de recadastramento de veículos pelo Detran, e as negociatas suspeitas da Ciasc.

Orçamento de SC também tem suas irregularidades

O deputado estadual Vilson Santin (PT) denunciou na semana passada uma série de irregularidades que bastariam para que a Assembléia Legislativa criasse, se quisesse, sua própria CPI do Orçamento. Num documento de 26 páginas e 19 anexos, o deputado apresentou à Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia um parecer propondo a rejeição das contas do governo do estado no exercício de 1991. Baseado em auditoria especial realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre o primeiro ano do governo Vilson Kleinübing, o parecer alinha irregularidades que - apesar de não terem evidências explícitas de corrupção - em nada se diferenciam das barbaridades ocorridas no Orçamento da União.

Jacques Mick

O documento de Santin foi lido aos deputados na quarta-feira, 27, e chocou-se com duas forças contrárias: os deputados da União por Santa Catarina (PFL, PL, PPR e PTB, que apoiam o governo Kleinübing e são maioria na Comissão) e a imprensa, que reagiu com apatia diante das denúncias. Jornais e tevês preferiram ecoar as opiniões do líder do governo, Antônio Ceron (PL), a investigar as irregularidades que transformaram a Lei Orçamentária aprovada pelos deputados em 90 "em peça meramente burocrática e irresponsavelmente desconhecida e desrespeitada", segundo o parecer. Para Ceron, o documento é "político e demagógico". O parecer de Santin não chegou a ser votado no dia 27, porque o deputado Noemi Cruz (PMDB) pediu vistas. Mas tende a ser rejeitado: quatro dos sete deputados da Comissão de Fiscalização e Controle são da bancada governista. "O Tribunal de Contas do Estado já havia dado parecer favorável à aprovação do relatório. Por que nós haveríamos de contestar o TCE?", pergunta o líder do governo. "Caso o parecer seja rejeitado, apelaremos para o Ministério Público, na defesa da lei e da verdade", afirma Santin.

Tratamentos distintos

A revolta do líder do PT contra os deputados da situação tem suas razões. Mais precisamente, quatro razões, correspondentes às irregularidades

des constatadas pelo TCE. A mais evidente delas é a diferença gritante entre o que foi aprovado pelos deputados em 28 de dezembro de 90 na Lei Orçamentária e o que foi efetivamente aplicado pelo governo. O relatório da Diretoria Especial de Auditoria e Serviço do TCE comprova que as dotações para 20 órgãos ou setores da administração pública foram reduzidas, para beneficiar apenas nove: o gabinete do governador, a Procuradoria Geral do Estado, as Secretarias de Administração, Agricultura, Planejamento, Indústria e Comércio, Saúde, Transportes, e os encargos gerais do estado (inclusive as dívidas interna e externa). Qualquer variação decimal das porcentagens sobre o total do orçamento significa uma fortuna e exige autorização dos deputados, conforme determina o artigo 123 da Constituição Estadual. Isso porque as verbas podem ir tanto para projetos indispensáveis e corretos quanto para privilégios a correligionários. Um exemplo de distorção do orçamento, sem que o governo desse qualquer satisfação à Assembléia, é a Secretaria do Planejamento (incorporada à Fazenda pelo governo no início de seu mandato), que recebeu uma dotação 6,4 vezes superior à prevista pela Lei Orçamentária. No total, a Secretaria da Fazenda e do Planejamento faturou 0,62% a mais do orçamento do estado.

Como na administração pública não é possível dar mais a um setor sem tirar de outro, houve setores que precisaram apertar o cinto - na marra. Um deles foi a própria Assembléia Legislativa, que acabou recebendo apenas 55% do que estava previsto na Lei Orçamentária. O principal atingido pelas mudanças foi a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, que ficou com apenas 48% dos recursos dotados pela lei. Os setores fundamentais do Plano SIM (Saúde, Instrução e Moradia, o programa de mandato do governo Kleinübing) receberam tratamentos distintos. A Secretaria de Saúde recebeu 1,83% do total do orçamento a mais. Já a de Educação, ficou com 0,32% a menos. A de Habitação (criada a partir da do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário), também teve uma queda equivalente a 0,30% do total do orçamento.

Descontrole

Verba por verba, conforme o definido no orçamento, a rubrica mais privilegiada com recursos desviados do orçamento original foi a de "projetos integrados de desenvolvimento", da

Secretaria de Planejamento - que recebeu 630.242,98% a mais, em relação ao que estava inicialmente previsto. Outra rubrica majorada muito acima do que se considera normal foi a de "desenvolvimento de ações complementares para melhoria do sistema educacional" da Secretaria de Educação (16.147,19% a mais). A Secretaria do Planejamento gastou 11.897,98% a mais para o "programa integrado de desenvolvimento sócio-econômico" e 8.095,89% a mais para "participação em projetos municipais". Em todos esses casos, a denominação dos gastos é vaga o bastante para permitir os usos mais diversos do dinheiro público. Mais objetivos foram os gastos da Procuradoria Geral do Estado, que investiu 4.665,50% a mais para "encargos com execuções de sentenças". A Secretaria de Educação ainda majorou em 2.230,90% os gastos com "entidades privadas de segundo grau".

Essas variações aparentemente sem critério provocaram o aborto de uma série de projetos aprovados pelos deputados e previstos pelo próprio governo. O parecer avalia que "mais de 50% dos projetos" ou atividades previstas na Lei "não

foram sequer iniciados". O motivo principal dessas variações foi a aplicação de critérios "não uniformes" para a correção das verbas previstas na Lei Orçamentária.

A lei determinou que as despesas do governo fossem corrigidas de maneira diferente conforme o tipo. Assim, o serviço da dívida externa deveria ser corrigido conforme a taxa de câmbio; o serviço da dívida interna, pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN) ou equivalente; pessoal e encargos sociais, conforme a política salarial dos servidores públicos; e despesas correntes e de capital pelo IPC. A auditoria concluiu que os índices de correção definidos pelo governo "não foram aplicados uniformemente a todas as unidades orçamentárias. O governo apenas apropriou aqueles que ele julgou necessário. A correção deve ser aplicada a todos os projetos e não apenas aos que favoreceram ou beneficiam o governo". Segundo o parecer de Santin, "essa prática ocasionou o completo descontrole do orçamento", o que "é passível de pena prevista por crimes de responsabilidade".



TRIBUNA LIVRE

Ilícitos antigos

Mauro Passos
Presidente Sinergia

Com o artigo "Os contras serão vencidos" (DC 31/10), o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, procura vincular os ilícitos existentes na Comissão Mista do Orçamento com ações e procedimentos que passaram a ocorrer a partir da Carta Constitucional de 1988. Sabe muito bem o ex-ministro que muito antes disso já era praxe em nosso país os detentores do poder se utilizarem das empreiteiras para desviar dinheiro público. Aqui mesmo, na década de 80, ganharam repercussão na imprensa nacional as práticas administrativas impróprias e o uso inadequado da Eletrosul que culminaram com o afastamento do sr. Wilmar Dallanhol da presidência da empresa. A empreiteira que trabalhava para a Eletrosul durante a gestão de Dallanhol, era a CBPO. Que, coincidência ou não, é uma das citadas na Comissão de Orçamento. Já naquela época, segundo o promotor de Justiça Luiz Carlos Lima Viana, a CBPO, através de memoriais de cálculos falsos, permitiu a subtração ilícita de recursos públicos para quitar despesas efetuadas pelo PFL em Santa Catarina.

MEMÓRIA CURTA (quando convém)

Há um ditado popular que diz: "relembrar é viver". Com este intuito pesquisamos centenas de documentos e matérias publicadas sobre as irregularidades praticadas pela gestão Wilmar Dallanhol, na presidência da Eletrosul (1985/87). Destacamos a reportagem da Revista Senhor, atual Isto É, (dia 24/02/87). Intitulada "Eletrosul - Aliás PFL" traz uma foto do então ministro da Educação, com a seguinte legenda: "Bornhausen - padrinho de um escândalo". A matéria abre com o seguinte texto:

"Ninguém mais do que o PFL e seu escol de liberais ortodoxos insiste em denunciar a inoperância das empresas estatais; ninguém costuma ser tão enfurecido nas cobranças a respeito de sua moralização e na eterna vigilância contra denúncias de corrupção e favorecimento. É assim, sempre - exceto quando os favorecimentos dizem respeito ao próprio partido, é claro. Esta é a lição que se tira do escândalo que envolve a mais poderosa estatal da região meridional do País, a Eletrosul, responsável pelo fornecimento de energia elétrica para o Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Escândalo que eclodiu em agosto do ano passado, colheu, em dezembro, dois diretores imponentes, mas tem poucado, até agora, o principal implicado, Wilmar Dallanhol, dublê de presidente da Eletrosul e do diretório regional do PFL em Santa Catarina".

Quantas pessoas esqueceram e quantas não querem lembrar. Buscar no passado os compromissos e as lutas havidas, nos faz entender melhor o presente e nos dá condição de contribuir para a construção de um futuro melhor.



Jacques Mick ganhou o Prêmio Henfil de reportagem

Matéria do Linha Viva ganha prêmio nacional

O jornalista Jacques Mick, do jornal Folha Sindical do Sindicato dos Bancários de Fpolis e colaborador do **Linha Viva**, prqvou que a Imprensa Sindical pode ser uma Grande Imprensa, no verdadeiro sentido da palavra. Ele acaba de ganhar o *Prêmio Henfil de Jornalismo*, organizado pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) com apoio da Petrobrás, cujo o tema era a fome. A matéria de Jacques, publicada na Folha Sindical número 232 e no Linha Viva número 230, foi escolhida como a melhor na categoria Imprensa Alternativa entre 50 inscritas de veículos de comunicação de todo o país, 10 delas publicadas em meios alternativos. Na próxima semana ele deve ir ao Rio de Janeiro receber o prêmio.

A matéria do jornalista ocupou a página central da Folha e do Linha Viva, abordando a mobilização que começava a tomar conta do país - e chegava a Florianópolis - para combater a miséria dos 32 milhões de brasileiros. No seu estilo inconfundível, Jacques conseguiu, além de anunciar a criação do Comitê de Ação pela Cidadania, Contra a Fome, a Miséria e pela Vida na Capital, dar um quadro da fome no Brasil com dados sobre o desenvolvimento econômico, crescimento inflacionário, desperdício de alimentos em detrimento da fome de milhões. Não deu outra, o prêmio foi "nosso", como ele próprio tratou de coletivizar.

Jacques Mick nasceu em Concórdia (SC) há 22, mas passou por diversas cidades do estado, e desde 1988 trabalha como jornalista. Dono de um senso crítico característico e de um espírito investigativo de dar inveja a qualquer um, ele diz que o prêmio só foi possível por dois fatores novos no sindicalismo: a profissionalização da imprensa, "deixamos de fazer panfletos para trabalhar a informação", e também pelo jeito novo não corporativo de fazer jornalismo, "passamos a pensar a cidadania, sem isto dificilmente estaríamos passando informação fora da categoria", sentencia.

Ele trabalha no Departamento de Imprensa do SEEB desde agosto de 90, e em maio de 92 se formou Bacharel em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela UFSC. A opção pela imprensa sindical vem de uma trajetória pessoal, diz. Esta trajetória afunilou com a militância no Movimento Estudantil, com ênfase na elaboração do jornal do DCE (Diretório Central dos Estudantes), daí para imprensa dos sindicatos foi um pulo. O prêmio Henfil com certeza coroa esta trajetória que, certamente também, não para por aí.

Setor Elétrico

Fernando Henrique quer vender tudo logo

O Ministro Fernando Henrique Cardoso - que vai passar os próximos dias explicando como pôde comprar uma fazenda por apenas dois mil dólares - ficou muito contrariado com as notícias de que a privatização do setor elétrico seria lenta. "O Governo não vai passar seis meses discutindo a maneira de privatizar o setor elétrico", reagiu.

Para comprovar isto, seu ministério anunciou que o presidente Itamar assina esta semana o decreto que vai privatizar tudo - da distribuição à geração, todas empresas serão privatizadas. O Governo ficar só com a responsabilidade de acompanhar a operação do sistema de transmissão, que será aberto aos concessionários privados. Para tanto, será criada a figura legal do produtor independente, que assim poderá atuar como concessionário.

Mas, no ministério das Minas e Energia a resistência aos planos privacionistas de Fernando Henrique são grandes. Os técnicos deste ministério lembram que o decreto de criação do grupo de trabalho que vai definir o modelo de privatização do setor dá um prazo de seis meses para o trabalho. Esperam assim ganhar



tempo e tentar mudar a orientação política governamental.

Fernando Henrique Cardoso está muito atrapalhado nos últimos tempos. Não dá para entender a irresponsabilidade com que trata o patrimônio público, principalmente depois de já terem sido provados e comprovados, nos países que já privatizaram o setor elétrico, os efeitos nocivos desta atitude. O melhor exemplo é a nossa vizinha Argentina.

Vale do Itajaí perde líder sindical

Morreu dia 30 de outubro, aos 68 anos de idade, um dos expoentes do sindicalismo catarinense, o eletricitário Onildo Gern. Ele foi admitido na Celesc em 1943 de onde saiu apenas em 1984 ao aposentar-se. Onildo foi um dos fundadores do Sindicato do Vale do Itajaí e participou da fundação dos demais sindicatos de eletricitários do Estado. Foi também presidente da FNTIU. Depois de aposentado continuou participando da Intercel e canalizou parte de suas energias na coordenação, no Vale do Itajaí, de atividades recreativas, culturais, assistenciais para os aposentados e pensionistas da região.

A morte do "velho Gern" entristeceu sobretudo o pessoal de Blumenau. Karin Bewiahn, funcionária da agência regional Celesc/Blumenau, em nome de seus colegas escreveu um mensagem para o Linha Viva lembrando a figura do sindicalista:

"Exemplo de vida, garra, luta e coragem... Assim foi Onildo Gern. Uma pessoa que sempre se preocupou em conhecer os fatos, as pessoas, para após fazer uma análise e lutar pelos seus direitos e dos demais que convivia.

Na Celesc foi um gerente maravilhoso, que se preocupava com seus funcionários, tratando a todos com respeito e consideração. Permitia a troca de idéias entre funcionários e chefia, havia um tratamento de igual para igual.

Falhas, se existiram? Claro que sim, nenhum ser humano é perfeito. Como diz a bíblia: "atire a primeira pedra se em você não existir nenhum pecado".

Como pessoa, era um ser humano de muita personalidade, inteligente, culto, educado, atencioso, trabalhador que jamais parou de pensar no bem de sua família e de seus amigos celesquianos.

Quando se aposentou, ao invés de aproveitar sua aposentadoria para viajar, desfrutar seu tempo livre

com outras ocupações o que fez? Continuou trabalhando pelos interesses dos aposentados e pensionistas da Celesc junto a Apcelesc, participando sempre de todas as reuniões e assembléias do sindicato.

Foi esse homem, que com sua luta e experiência de vida, conseguiu muitas vitórias para nós que estamos na ativa e principalmente para os aposentados e pensionistas.

Tudo o que aprendemos com este homem será sempre um exemplo para nós celesquianos que tantas e tantas vezes desanimamos tão facilmente e deixamos nos levar pelo poder, pela corrupção, desonestidade que sempre existiu e existirá, fora e dentro de nosso ambiente de trabalho.

Precisamos aprender com essas personalidades que fizeram a história da Celesc, principalmente com o Sr. Onildo Gern. O medo não nos leva a lugar nenhum, precisamos é estar sempre unidos e fazer com que acima de tudo a justiça seja feita.

Mas para isso, nós também precisamos dar o exemplo. Como? Participando, sugerindo, sendo honestos, exigindo e dando respeito.

O mundo poderia ser bem melhor se as pessoas fossem mais verdadeiras. Se os políticos prometessem menos e realizassem mais... Se fosse dada chance a todos demonstrarem suas capacidades e seus valores, se houvesse menos puxasaquismo e mais competência profissional. Se todos pudessem participar das decisões a serem encaminhadas: o mundo seria melhor se as pessoas soubessem se respeitar e amar mais umas as outras.

Deus nos levou o Sr. Onildo Gern do nosso meio, para junto de si, mas nos deixou a certeza de que um dia nos encontraremos. Enquanto esse dia não vem, o seu exemplo de vida fica registrado em nossa memória."

Centrais sindicais debatem privatizações no cone sul

Vinte anos depois de iniciado o processo de privatização de empresas estatais no planeta, as centrais sindicais dos países do Cone Sul começam a trocar idéias sobre as formas de resistência a esse processo. Representantes das centrais do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile estiveram reunidos em Florianópolis na quarta-feira, 27, para discutir as privatizações e os direitos dos trabalhadores nesses cinco países - de olho nas ações que os governos estão desenvolvendo para preparar o terreno para a implantação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) a partir de janeiro de 1995.

É opinião unânime entre os sindicalistas que as privatizações são uma das formas centrais da ação do neoliberalismo no mundo. Congresso da Câmara de Comércio Internacional, realizado recentemente em Cancún (México), concluiu que em 20 anos os governos de diversos países já arrecadaram US\$ 300 bilhões com programas de privatização e esperam ganhar, só na década de 90, de US\$ 350 mil a US\$ 4 bilhões.

A América Latina - onde se pode "privatizar quase tudo", segundo o Banco Mun-

dial (Bird) - foi ponta-de-lança nesse processo: a onda de privatizações no mundo começou no Chile em 11 de setembro de 1973, com o golpe que derrubou o presidente Salvador Allende. Na América, há ainda o exemplo clássico do México, cujo governo se desfez de 800 empresas em troca de US\$ 22,5 bilhões. No Brasil, até setembro deste ano, o governo havia arrecadado US\$ 3,3 bilhões com as privatizações de empresas dos ramos siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes - menos da metade dos US\$ 6,9 bilhões investidos pelo mesmo governo no saneamento financeiro das empresas, antes dos leilões.

A esse bem-sucedido processo de desmantelamento das empresas públicas, houve casos apenas parciais de resistência dos trabalhadores. Os relatos dos cinco participantes do debate do dia 27 confirmam a impotência do movimento sindical diante das privatizações e apontam para a necessidade de articulação permanente das centrais do Cone Sul contra as táticas cada vez mais multinacionais dos governos e dos patrões.

Chile paga alto preço social pela opção do neoliberalismo

O Chile, o mais antigo país a passar pela onda de privatizações, chega a 1993 pagando o elevado custo social do neoliberalismo. "O Chile é conhecido como o tigre da América Latina na economia. Creio que somos mais parecidos com ratos, com cinco milhões de pobres em 12 milhões de habitantes", afirma o professor Francisco Rodriguez, da CUT chilena.

As privatizações começaram há vinte anos pelo Chile. "Era o que o governo chamava de início da economia social de mercado, mas que de social tinha muito pouco", conta o sindicalista. Já seguiram a rota Estado-capital privado as empresas que comercializavam água potável, carvão, telefones, saúde e previdência. O governo de Patricio Aylwin quer privatizar também empresas de áreas estratégicas como as ferrovias, portos e a educação. "A CUT é contra. Nós perguntamos: Por que não pri-

vatizar as Forças Armadas?", diz Rodriguez.

Dois casos importantes no processo de privatizações são a saúde e a educação. Para ter acesso à saúde privada, o trabalhador precisa de um salário de 400 dólares. O salário mínimo chileno é de 100 dólares e os operários ganham muito pouco. "Quem tem dinheiro, paga a saúde. Quem não tem, morre mais rápido", afirma o sindicalista.

Com a educação, o caso é parecido com o brasileiro. Houve a municipalização - como em Santa Catarina - e a responsabilidade do Estado agora é apenas a de enviar recursos. Isso gera entraves metodológicos, para o sindicalista, porque "o prefeito é um político que pode mudar de quatro em quatro anos, mas a educação é permanente". De outro lado, a escassez de verbas também é um problema: "As cidades maiores têm boa educação, as menores, têm pior", diz o professor.

CUT quer discutir alternativas para o estado brasileiro

Quatro elementos colaboram para dar ao processo de privatizações ocorrido no Brasil um ritmo distinto do de outros países, na avaliação do Secretário de Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores, Jorge Lorenzetti: 1. O tamanho da resistência do movimento sindical; 2. A resistência de parcela do empresariado; 3. O impeachment do ex-presidente Fernando Collor, que criou um clima de discussão de alternativas para o Estado; e 4. A presença, na Constituição Brasileira, de princípios que são obstáculos a essas iniciativas no caso do petróleo, saúde, educação, previdência e outros.

"No Brasil, o neoliberalismo não conseguiu quebrar os Sindicatos", avalia Loren-

zetti. Mesmo assim, de outubro de 91 a setembro de 93 o governo já havia passado às mãos privadas 21 empresas públicas e permitido um virtual monopólio na produção de chapas de aço. Com resistência apenas pontual do movimento sindical.

"Temos que reconhecer a precariedade do nosso discurso e nos preparar para a formulação de um projeto mais global para a CUT, que responda a perguntas como que tipo de Estado queremos", afirma Lorenzetti. Para a CUT, as privatizações não estão cumprindo sequer os objetivos a que se propõem, conforme a lei 8.031/90, que criou o programa nacional de desestatização.

Argentina decepcionada com suas privatizações

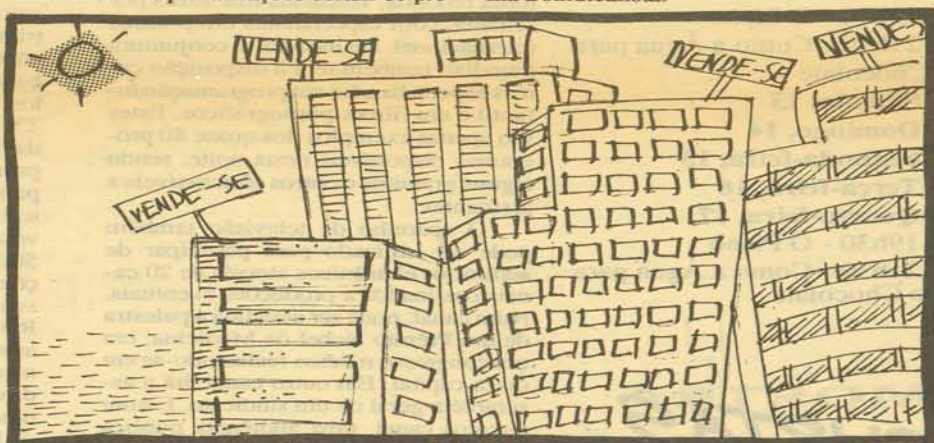
A diretora da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) da Argentina, Suzana Santomingo, olha com desilusão para o processo de privatizações ocorrido em seu país. "No início, desconfiávamos dos critérios das privatizações do governo Menem", diz a sindicalista, que é comerciante. "Depois, nossas previsões se cumpriram: as privatizações ocorreram sem a análise de qual o Estado que queríamos. Hoje, não há mais nada para vender na Argentina".

As privatizações ocorreram com o apoio popular ao governo de Carlos Menem e diante das diferentes posturas das centrais sindicais argentinas. "Em 89, na eleição de Menem, pensávamos que iria voltar o peronismo, não o neoliberalismo e as privatizações", afirma Suzana. "O projeto implantado por Menem não foi o mesmo que foi votado - pensávamos que ia voltar uma política de progresso para a classe trabalhadora, de justiça social". Em contrapartida, o novo presidente implantou seu projeto "fundado numa fantasia, a do ingresso no Primeiro Mundo", diz a sindicalista. As semelhanças com o caso brasileiro não terminam aí. "As privatizações deram de pre-

sente às multinacionais a nossa soberania, como no caso da YPF (a Petrobrás argentina)".

Menem vendeu a idéia da privatização casada com o programa de estabilização da economia, que conseguiu reduzir os índices de inflação para a faixa de um dígito ao mês. "Mas esta estabilidade foi paga com os olhos, as unhas e os dentes das crianças argentinas. A recessão causa um aumento na dificuldade de aprendizagem, a mortalidade infantil cresceu, doenças extintas como a meningite reapareceram e há um índice enorme de alcoolismo entre os jovens", afirma Suzana.

A Argentina termina o ano de 93 com 1,134 milhão de desempregados, de 2 a 2,5 milhões de subempregados e 40% de sua população com as necessidades básicas insatisfeitas (saúde, educação, alimentação, vestuário, higiene, lazer, transporte e moradia). A última eleição para o Congresso argentino, ocorrida em setembro, fortaleceu o governo Menem. "Nós temos diversos níveis de consciência e o alto grau de marginalidade não gera consciência", afirma a sindicalista.



Sindicalismo uruguaio salva patrimônio público

O movimento sindical uruguaio viveu no ano passado a principal experiência conhecida de enfrentamento com um programa oficial de privatizações. A história de um plebiscito popular que derrubou as linhas gerais do programa do presidente Alberto Lacalle foi contada em Florianópolis pelo dirigente do Sindicato dos Professores e da Confederação Nacional dos Trabalhadores (PIT/CNT) do Uruguai, Hector Florite.

"Em 90, Lacalle apresentou um plano de cem dias para reduzir o déficit público, composto de duas linhas principais: um ajuste fiscal num prazo de 30 dias e uma reforma do Estado", afirma Florite. "O governo se ufanava de professor o neoliberalismo e pretendia reformar a seguridade social e privatizar as empresas públicas".

O ajuste fiscal foi aprovado sem problemas. Mas a reforma neoliberal da previdência foi integralmente rejeitada pelo Congresso uruguaio. O programa de privatizações, após negociações, foi aprovado em 91. "Imediatamente a PIT/CNT criou, com

outras entidades, a Comissão Nacional de Defesa do Patrimônio da Sociedade", conta o sindicalista. "Mas era difícil obter unanimidade dos membros da Comissão para impedir integralmente a privatização".

A estratégia adotada pelo movimento sindical foi a convocação de um plebiscito nacional - permitido pela Constituição uruguaia.

"Hoje, reconhecemos que o resultado do plebiscito não foi adequadamente aproveitado para a definição de uma política contra o neoliberalismo", afirma Florite. O governo de Lacalle começou a vender as empresas não englobadas nos artigos principais e o processo de privatizações avançou em serviços auxiliares de empresas públicas importantes.

Neste momento, o movimento sindical tenta convocar novo plebiscito, para a revogação dos demais artigos do programa oficial, mas quase não encontra apoio. Por enquanto, apenas comemora o que já conquistou.



Programação do CIC

Esta é a programação do cinema do Centro Integrado de Cultura até a quarta-feira da semana que vem. Os eletricitários, com a apresentação da carteira do Sinergia, têm direito a meia-entrada, através de convênio do Sindicato com o CIC:

Quinta-feira, 11

18h30 - El Lado Oscuro del Corazón (Semana de Cinesofia) 21h30 - O Piano

Sexta-feira, 12

19h - Plaff, el Demasiado Miedo a la Vida (Semana de Cinesofia)

19h30 - O Piano

21h30 - Como a Água para o Chocolate

Sábado, 13

Domingo, 14

Segunda-feira, 15

Terça-feira, 16

Quarta-feira, 17

19h30 - O Piano

21h30 - Como a Água para o Chocolate

Mostra de Curtas Catarinenses

Mostra de Cinema Catarinense

Esta mostra é uma promoção do Sinergia com apoio da Abecelesc. Os filmes serão apresentados sempre às 12h30min, no auditório da sede da Celesc. Entrada Franca e aberta ao público.

Dia 9 - Farra do Boi, o documentário (25min)

Dia 10 - Vão Solitário (36min)

Dia 11 - Bruxas (30min)

Dia 12 - Desterro (18min) e Manhã (10min)

TV a cabo: o incrível dilema entre pluralismo e monopólio

Daniel Herz
Diretor da Fed. Nac. dos
Jornalistas

O cidadão chega em casa, no final do dia, senta na frente da televisão e tem à sua disposição 75 canais. Pode assistir, ao vivo, através de verdadeiras janelas eletrônicas abertas para as instituições, sessões da Câmara Municipal, da Assembleia Legislativa, da Câmara dos Deputados ou do Senado. E há canais ligando sua residência a cada uma das universidades e instituições de ensino superior do município.

Os botões do controle remoto também podem ligar este cidadão a um dos 40 canais comerciais com 24 horas de programação, incluindo noticiários, esportes, filmes, música e variedades, produzidos nos mais variados países e línguas. Estes serviços de televisão chegam através da rede pública de telecomunicações que está aberta para qualquer programador que descubra interesse em algum tipo de produto audiovisual. Nesta noite, o telespectador pode escolher entre um programa semanal destinado a criadores de canais, um programa diário voltado para aficionados em lanchas *off-shore* e uma mesa redonda, veiculada três vezes por semana, com especialistas em política internacional analisando a conjuntura mundial, também terá à disposição canais especializados em programação infantil e em filmes pornográficos. Estes são apenas exemplos dos quase 40 programas disponíveis nesta noite, sendo alguns gratuitos e outros só acessíveis a assinantes.

O aparelho de televisão também pode ser utilizado para participar de auditórios eletrônicos através de 20 canais destinados a produções eventuais. Num canal, pode ser assistida a palestra de um Prêmio Nobel de Medicina, em um congresso médico realizando-se em outra capital. Em outro canal, há a assembleia geral de um sindicato. E num terceiro canal, uma audiência pública debate o impacto ambiental de uma indústria no seu município.

O projeto de regulamentação que permite a instalação deste modelo de TV a Cabo no Brasil - sem similar no mundo pela sua abertura à diversidade de expressão e à possibilidade de concorrência comercial entre os mais diversos empreendimentos - está pronto e foi proposto pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação à Câmara dos Deputados. Mas para que esta ideia do Fórum, que representa mais de 500 entidades da sociedade civil, adquira força de lei, devem ser enfrentadas as resistências de grupos econômicos da área da comunicação que pretendem cartelizar o mercado de TV a Cabo e monopolizar as redes, nas principais cidades do país.

DUAS DÉCADAS DE DISPUTA

O debate deste projeto pode encerrar um processo de disputa da implantação da TV a Cabo que dura há 18 anos. Aliás, a TV a Cabo ainda não foi implantada no Brasil porque, desde o governo Geisel, o Ministério das Comuni-

cações desenvolveu esforços para beneficiar determinados grupos de comunicação e evitar o debate público. Esta postura do Ministério, acobertando interesses particulares, nem sempre foi bem acolhida pelo Governo. O resultado é que as diversas denúncias de negociações e práticas contrárias ao interesse público, nas diversas tentativas de implantação da TV a Cabo, acabaram levando os governos Geisel, Figueiredo, Sarney e Collor a sucessivos recuos, imposto pela resistência da sociedade civil e de "setores nacionalistas" das Forças Armadas.

A iniciativa mais audaciosa foi a do ex-ministro Antônio Carlos Magalhães, autor de uma portaria que criou o serviço denominado *Distribuição de Sinais de TV (DISTV)*, através da Portaria 250 de 13 de dezembro de 1988, nos últimos dias do governo Sarney. Na verdade, tratava-se de uma TV a Cabo dissimulada. Cheia de irregularidades, esta portaria permite, por exemplo, "autorizações eternas" entregues, sem licitação pública, aos primeiros que chegassem e sem discriminar a área de prestação do serviço.

O governo Collor completou o "serviço sujo" e fez ampla distribuição de autorizações. Hoje 106 felizes beneficiários estão aptos a instalar redes de TV a Cabo - disfarçada de DISTV - nas principais cidades do país. Muitas destas autorizações estão sendo vendidas por até US\$ 500 mil. As organizações Globo - em diversos empreendimentos associadas à RBS - e a TV Abril, nos últimos meses admitiram que querem monopolizar o mercado de cabo e hoje já controlam diretamente 54 dos sistemas autorizados: a Globo associou-se a 43 empresas de DISTV e a TV Abril a outras 11, isto sem contar os que simplesmente transmitem os pacotes de programações deste grupo.

OPÇÃO ESTRATÉGICA

Além do controle do mercado de TV a Cabo, há outra disputa em jogo. Até o final da década passada, em todo o mundo, foram implantadas redes especiais para a transmissão de sinais de TV, porque isso não era possível através da rede de telefonia. A tecnologia, porém, evoluiu dos fios metálicos para a fibra ótica e da transmissão analógica para a digital, multiplicando centenas de vezes a capacidade das redes. O resultado é uma tecnologia que permite a *Rede Digital de Serviços Integrados (RDSI)*. Isto é, uma única rede permite o transporte simultâneo dos mais diversos sinais e a integração de todos os serviços de telecomunicações: telefonia, dados e televisão. Este é o futuro das telecomunicações no mundo inteiro, com profundas transformações culturais e econômicas. Permitindo acesso a bancos de dados, transações comerciais e mesmo trabalho nas residências, esta já é a

infra-estrutura da "sociedade da informação".

Em todo o mundo, o problema para a implantação das RDSI é o custo do sucateamento, simultâneo, das redes de telefonia e de TV a Cabo. Justamente problema que o Brasil não tem. Por isso, o projeto do Fórum defende que, ao invés da implantação de redes especializadas na transmissão do sinal de TV, a demanda por este serviço seja utilizada para alavancar o desenvolvimento das atuais redes de telecomunicações, possibilitando a imediata implantação das RDSI.

Ao jogar a responsabilidade pela implantação das redes para as atuais concessionárias de telecomunicações, o projeto proposto pelo Fórum inclui dispositivos que sujeitam estas empresas a inéditas e rigorosas formas de controle público, impedindo o seu uso político e permitindo o estabelecimento de requisitos de produtividade e submetendo suas contas e procedimentos à permanente avaliação pública.

Por outro lado, o projeto do Fórum cria inéditas formas de parceria entre as concessionárias de telecomunicações e investidores privados que, além de garantia de retorno do capital investido, podem participar da lucratividade obtida com o conjunto dos serviços (inclusive telefonia e dados) viabilizados pelas novas redes. Além disso, os investidores receberão, como bonificação, algo como 20% da capacidade nominal dos canais, por exemplo, por sete anos.

O excelente negócio para os investidores e empresários de comunicação pode assim tornar-se a base comercial para uma revolução no sistema de telecomunicação do país. Os serviços de TV a Cabo também começarão a tornar efetivamente pluralistas e democráticos os sistemas de comunicação do país.

Temos hoje, a possibilidade - que não tivemos, há 50 anos atrás, na instalação da televisão - de planejar os sistemas de comunicação do futuro, evitando as atuais deformações. Sem que a sociedade se posicione, firmemente, as novas tecnologias só reproduzirão o monopólio, a capacidade de manipulação e usurpação do interesse público.

A opção estratégica que o país tem pela frente parece um dilema absurdo: é a escolha entre um sistema que assegura concorrência real, ampliação da liberdade de expressão e uma revolução técnica nas telecomunicações, e outro sistema que autoriza a monopolização privada das redes e o benefício particular dos grupos dominantes na comunicação de massa do país. O outro dilema, igualmente absurdo, é se os setores organizados da sociedade vão deixar que a decisão seja tomada exclusivamente pelo governo e pelo setor privado ou vão tornar efetivamente pública a opção do país.

